

DEFINIÇÃO DO PROGRAMA DE INTERVENÇÕES

A atual infraestrutura do Arco Tietê apresenta diversas e recorrentes fragilidades em seu território. Diante disso, foi elaborada uma metodologia capaz de confrontar tais demandas com "ações-tipo", que integram seu Programa de Intervenções. Tratam de modos de intervir no espaço a partir de ferramentas padronizadas e desenvolvidas para se adaptarem às especificidades locais, visando à qualificação concreta do espaço urbano.

Para se reduzir os índices de alagamento foram definidas grandes praças de absorção das águas pluviais próximas aos pontos críticos, longos eixos drenantes em meio às microbacias e o destamponamento dos córregos limpos. Estas ações em conjunto acabam por resgatar parte da configuração hídrica natural do território, trazendo novos valores culturais e paisagísticos.

Para sanar a carência de áreas verdes, diversas formas de se abrir espaços públicos arborizados foram elaboradas, como a recuperação de praças existentes, a implantação de parques lineares ao longo de rios, a demarcação de praças oriundas de parcelamento e de praças vinculadas aos túneis e viadutos que visam amenizar seus impactos na paisagem. Bulevares e alamedas, por sua vez, foram traçados para conectar esses espaços verdes, equipamentos e diferentes modais de transporte, promovendo percursos qualificados aos pedestres e ciclistas e reduzindo as temperaturas.

Novas vias foram traçadas com a função de romper grandes quadras e articular pontos atualmente isolados do território, consolidando a rede de mobilidade. Em casos de vias subdimensionadas em importantes rotas de conexão foram propostos alargamentos viários, sempre que observadas áreas lindeiras ociosas e com potencial de se transformarem em novas frentes urbanas. Em casos de viários com largura suficiente e passeios estreitos, optou-se pela modificação da geometria destas vias existentes em benefício do transporte não motorizado, dispensando desapropriações. Nos pontos onde a presença de barreiras urbanas, como rios e ferrovia, revelou-se extremamente prejudicial ao desenvolvimento do território foram definidas transposições capazes de reconectar a cidade.

Os espaços produtivos do Arco Tietê, definidos na Lei Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) como Zonas de Desenvolvimento Econômico (ZDE) e Zonas Predominantemente Industriais (ZPI), foram mantidas e protegidas da incorporação residencial e vertical. Ações na direção do desenvolvimento de seus setores logísticos, maior integração com o entorno através da melhoria da mobilidade e da implantação de infraestrutura de T.I. garantem maior eficiência e dinamizam estes setores produtivos, incentivando sua modernização e a chegada de novas indústrias e empresas.

Para prover equipamentos públicos de qualidade à população atual e futura do Arco Tietê, foram definidas como áreas prioritárias para sua implantação terrenos públicos subutilizados, galpões de valor histórico que resgatam a memória fabril da cidade e parcelas predefinidas de grandes lotes de destinação obrigatória, afim de que sua localização esteja em harmonia com a rede de espaços públicos previstas para o território.

Com o intuito de diminuir o déficit habitacional atual, foram definidas estratégias de implantação de novas unidades de Habitação de Interesse Social distribuídas pelo território, contemplando fachadas ativas, faixas de fruição pública, mix de rendas e espaços públicos de qualidade, integrando ao máximo os conjuntos com o espaço urbano à sua volta. Assentamentos precários e conjuntos habitacionais existentes no perímetro também contarão com destinação de verba específica para projetos de reurbanização e reforma.